

Trabalhador poderá optar por saque anual do FGTS ou logo após demissão

Por Fabio Graner e Lu Aiko Otta

O trabalhador poderá optar entre ter o direito ao saque anual de parte do seu FGTS na data de seu aniversário e o de sacar seus recursos em caso de demissão sem justa causa, informou uma fonte da área econômica ao Valor. Até ontem, não se conhecia essa possibilidade de opção entre as propostas que continuam em estudo na área econômica. Sem a hipótese de escolha, a situação para quem ficasse desempregado poderia se complicar, pois o dinheiro ficaria represado no momento de maior necessidade.

A fonte explicou que, se optar pelo saque anual, ao ser demitido o trabalhador receberia a multa de 40% e consumiria o saldo remanescente da conta ao longo do tempo, sacando sempre na data do aniversário.

As medidas do FGTS estavam sendo costuradas para serem anunciadas nesta semana, mas ontem o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, se antecipou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e disse que ficarão para a semana que vem.

Um dos pontos que ainda estavam sendo resolvidos é como fazer uma regra que atinja todos os trabalhadores neste ano. Como já foi metade do ano, a ideia de permitir saque na data de aniversário não atingiria grande parte da população. Os técnicos testam hipóteses para superar essa questão, como a liberação de até R\$ 3 mil para quem já fez aniversário, deixando uma regra de porcentual de saldo da conta para quem ainda não fez. Ou a liberação de um limite igual para todo mundo, deixando a hipótese de saque no aniversário valendo somente a partir do ano que vem, como política permanente.

A intenção é fazer uma injeção da ordem de R\$ 30 bilhões neste ano com a liberação do fundo, dando um impulso extra para a economia, cujo crescimento projetado para 2019 pelo próprio governo está abaixo de 1%.

O anúncio de uma política mais permanente para o FGTS também tem a intenção de mitigar críticas de que o governo estaria sucumbindo à necessidade de políticas também

INFORME

pelo lado da demanda por causa da letargia econômica. A ideia é mostrar que o governo vai buscar melhorar a alocação de recursos na economia e dar mais liberdade ao trabalhador para que ele use seu dinheiro como achar melhor.

Diante das pressões abertas pelo setor de construção, fontes do governo têm buscado enfatizar em suas conversas que o FGTS não será esvaziado como fonte de financiamento para o setor habitacional. Mas, se o trabalhador puder buscar opções mais rentáveis para seu saldo lá depositado, duas consequências são possíveis: a redução de recursos, se houver a possibilidade de direcionamento para aplicações financeiras não relacionadas ao setor imobiliário, ou encarecimento do crédito para o segmento, já que a remuneração baixa do fundo é o espelho do financiamento mais em conta pelo FGTS.

No fim da tarde de ontem, Onyx voltou a falar de FGTS. Prometeu que o anúncio dessa medida será na próxima quarta-feira. Segundo ele, o governo só antecipou o tema porque "vazou para a imprensa" e disse que a medida está sendo finalizada.

Enquanto o governo discute como será feita a liberação dos recursos do FGTS, a Caixa, operadora do fundo, estuda como viabilizar os saques. Segundo fonte próxima ao banco, será montada uma operação de guerra para atender a demanda, o que provavelmente implicará a abertura das agências inclusive nos fins de semana. Colocar a operação em pé não será rápido, diz esse interlocutor, diante da complexidade do processo e da quantidade de contas.

(Colaboraram Carla Araújo, de Brasília, e Talita Moreira, de São Paulo)

Seguro-desemprego é menos eficaz no Brasil

Por Gabriel Vasconcelos

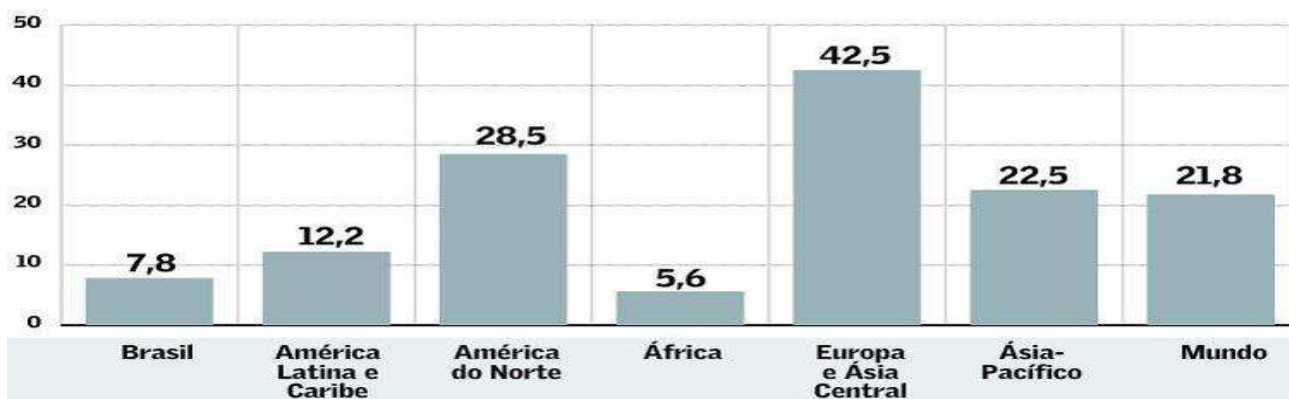
O sistema de seguro-desemprego do Brasil é um dos menos generosos do mundo com relação a abrangência, valores e regras de funcionamento, aponta um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) feito em parceria com o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, (IPC-IG), fórum ligado às Nações Unidas.

O estudo compara o programa com os de 97 países em que existe algum tipo benefício de seguridade social em caso de perda do emprego e mostra que a taxa de cobertura efetiva do seguro-desemprego no Brasil é considerada baixa - e tem caído nos últimos anos.

INFORME

Cobertura efetiva do seguro desemprego

Razão entre o número de segurados e o total de desempregados - em %



Fonte: Organização Internacional do Trabalho, 2017

O Ipea calcula que somente 4,8% dos desempregados brasileiros tiveram acesso ao benefício em 2018. Os economistas do Instituto chegaram ao índice aplicando a metodologia usada pela Organização Mundial do trabalho (OIT), que apontou taxa de cobertura de 7,8% para o país em 2015, último dado da série.

A queda na cobertura brasileira é influenciada pela alta da desocupação, cujo ritmo não foi acompanhado pelo sistema de seguridade. Nos três anos que separam as apurações do Ipea e da OIT, o desemprego cresceu 22%, atingindo 12,2 milhões de brasileiros em 2018, segundo o IBGE. Em maio deste ano, se estabilizou na casa das 13 milhões de pessoas, o que indica uma proporção de segurados ainda menor. Assim, a taxa de cobertura efetiva do seguro-desemprego no Brasil fica em patamar semelhante ao verificado nos países africanos onde existe mecanismo similar (5,6%).

Brunu Amorim, economista do Ipea, afirma que a cobertura brasileira não está aquém das verificadas nos oito países latino-americanos que contam com seguro-desemprego. As exceções são Chile (45,6%) e Uruguai (30,1%), que puxam a taxa média da América Latina e Caribe para 12,2%.

O Ipea atribui a baixa cobertura na região a critérios de elegibilidade rigorosos, alta informalidade e dinâmica de emprego com alta rotatividade, o que impede muitos trabalhadores de atingirem o tempo mínimo de trabalho exigido para acesso ao benefício.

Taxas de cobertura baixas limitam o potencial do seguro-desemprego como "estabilizador automático" da massa salarial em períodos de recessão. A cientista política Charlotte Bilo, do IPC-IG, diz que, além de proteger o consumo no curto prazo, este tipo de política

INFORME

permite ao trabalhador procurar emprego por mais tempo, o que evita o subemprego e protege a renda, com efeitos positivos sobre a dinâmica da economia.

Mas o Brasil é um dos países que oferecem o benefício por menos tempo, segundo a Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA). Assim como Venezuela, Chile e Chipre, estende a proteção por até cinco meses, tempo somente maior que o verificado na Hungria e nas Bahamas, onde o desempregado recebe o benefício por até três meses. Os maiores períodos de ajuda estão na Europa. Na Holanda, o desempregado pode receber por até três anos.

Além disso, um ranking da ISSA, com 37 países mostra que o Brasil tem o quinto sistema mais exigente quanto ao "período de qualificação": são necessárias ao menos 52 semanas de trabalho. Com relação a valores, o país oferece o 27º pior benefício mínimo quando a base de cálculo é o salário médio da população. No país, o seguro-desemprego pode variar de um salário mínimo a R\$ 1.735,29.

Nesses termos, o programa brasileiro consumiu R\$ 37 bilhões, ou 1,65% dos gastos públicos do país, em 2016, o primeiro ano de validade das regras que tornaram o sistema mais rigoroso. A fatia do Orçamento dedicada ao mecanismo foi pouco mais da metade daquela investida em países da União Europeia naquele ano (2,8%). Proporcionalmente, Dinamarca, Irlanda e Finlândia são os países que mais investem em seguro-desemprego, cerca de 4,6% de seus orçamentos.

Junho deve ser fraco para criação de emprego formal

Por Thais Carranço

A geração de vagas formais deve continuar em ritmo lento em junho, mas a melhora da confiança na segunda metade do ano pode ajudar a destravar contratações, acreditam economistas. A mediana de 17 projeções de consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data aponta para a geração líquida de 35,9 mil vagas com carteira em junho, pouco acima dos 32,1 mil postos abertos em maio.

As estimativas variam da criação de 16,5 mil a 60 mil vagas. Se confirmada a mediana das projeções, este será o melhor junho para o mercado de trabalho formal desde 2013, quando foram gerados 123,8 mil empregos com carteira. Em junho de 2018, o país registrou o fechamento de 661 vagas formais, sob efeito da greve dos caminhoneiros.

INFORME

O Ministério da Economia ainda não tem data para divulgação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de junho, mas o dado costuma ser publicado na segunda quinzena do mês seguinte ao de referência.

A LCA Consultores projeta abertura de 49,4 mil vagas em junho, equivalente a 24,4 mil na série dessazonalizada pela consultoria. "Não muda a visão que tínhamos no mês anterior, trata-se de um ritmo bastante lento de criação de vagas", afirma Cosmo Donato, economista da LCA.

Segundo Donato, a média mensal de criação de vagas no primeiro semestre, caso o resultado se confirme, será de 25 mil postos, com ajuste sazonal. Se o ritmo fraco persistir no restante do ano, seriam criadas cerca de 250 mil vagas em 2019, abaixo das 421 mil abertas em 2018, calcula. O economista, porém, mantém estimativa de geração de 497 mil empregos formais neste ano, ainda que com viés de baixa.

"Ainda presumo que haverá alguma aceleração, agora que deve haver um choque positivo de confiança por ter desanuviado um pouco o cenário de incertezas com a aprovação de reformas", afirma. "Finalmente parece que 'agora vai', e isso pode se manifestar com decisões de contratação."

A GO Associados está na ponta mais pessimista das projeções, estimando a abertura de 16,5 mil vagas. Por setores, os destaques negativos devem ser a indústria e o comércio, com fechamento de 20 mil e 10,7 mil vagas, respectivamente, na estimativa da consultoria. Já a agropecuária deve novamente ser o destaque positivo, com abertura de 14 mil postos.

Além da tendência geral de desaceleração da criação de empregos desde o início do ano, os meses de junho costumam ser mais fracos do que os de maio, observa Alexandre Lohmann, da GO Associados. "Isso acontece geralmente por causa da destruição de empregos no setor industrial, apesar do grande número de contratações no setor agropecuário, para a colheita de grãos", afirma.

(Fonte: Valor Econômico – 19/07/2019)